

ANTONIO, Stefany dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0002-7813-7475>

NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha**

<https://orcid.org/0000-0003-4179-2166>

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo proporcionar reflexões sobre o período à ditadura civil militar brasileira (1964-1985) e seus impactos na educação, em especial no processo de alfabetização, ainda insipiente especialmente na fase inicial de tal período. Como a alfabetização foi enxergada pelos militares no período em que estiveram no poder, se houve investimentos ou sucateamento. Quais as consequências deixadas por sua implementação. Dessa forma foi realizada uma revisão bibliográfica na historiografia que aborda tal temática, buscando ponderar e inferir sobre as características que o sistema educacional brasileiro possui, em especial as heranças deixadas por este marco na história brasileira. Finaliza-se este debate historiográfico através do diálogo estabelecido entre a contemporaneidade e o que a ditadura civil militar proporcionou entre mudanças e permanências.

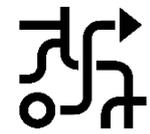
PALAVRAS-CHAVE: Militar; educação; alfabetização.

ABSTRACT: This article has the purpose to provide reflections on the period of the Brazilian civil military dictatorship (1964-1985) and the impacts on education, especially in the literacy process, still incipient especially in the initial phase of this period. How literacy was seen by the military during the period in which they were in power, whether there were investments or scrapping. What are the consequences left by its implementation. In this way, a bibliographic review was carried out in the historiography that addresses this topic, seeking to consider and infer the characteristics that the Brazilian educational system possesses, especially the legacies left by this milestone in Brazilian history. This historiographic debate ends through the dialogue established between contemporary times and what the civil-military dictatorship provided between changes and permanence.

KEYWORDS: Military; education; literacy.

* Graduanda do Programa de Pós Graduação Mestrado Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Contato: stefanydossantosantonio@gmail.com.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista na Área de Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira - Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília - SP (2010) com Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista UNESP/Assis (2021). Mestre em Educação Escolar (2000) e Licenciada em Pedagogia (1996) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL-AR) - Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara. Contato: ione.silva@ufms.br.



INTRODUÇÃO

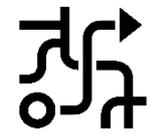
O presente artigo coloca em perspectiva o período histórico referente a ditadura-civil militar instaurada no Brasil, entre 1964 a 1985. Tal recorte temporal justifica-se devido à relevância e importância que tal período representou na construção do Brasil contemporâneo, influenciando vários aspectos da sociedade como: economia, política e educação.

Com enfoque na educação, a análise proposta está centralizada em como a alfabetização da população brasileira foi tratada pelos governos militares no período em que estiveram no poder, considerando que tal processo educacional necessitava adentrar nas mais diversas camadas da sociedade brasileira, tanto nos sujeitos jovens e adultos, quanto nas crianças.

Dessa forma será utilizado um olhar histórico-crítico do tempo destacado, por meio do estudo de historiadores como: Marcos Napolitano (2014), Elio Gaspari (2002), Boris Fausto (2006) e Carlos Fico (2015), afim de melhor compreender o que foi a ditadura civil-militar, o como e o porquê foi instaurada e quais foram suas primeiras consequências e impactos na sociedade brasileira.

O conceito historiográfico “ditadura civil militar” será utilizado como uma perceptiva própria, a partir das contribuições de René Armand Dreifuss (1981) em sua obra: “1964:A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.” Através da utilização do presente conceito, reconhece que o golpe realizado em 1964 não foi de autoria totalmente militar, tendo uma participação da parcela civil, representada pelos interesses econômicos do empresariado brasileiro que era contrário as políticas populistas, sociais e as reformas de base que eram debatidas por Jango no cenário pré golpe. Os interesses estadunidenses também foram primordiais na consolidação do golpe e da utilização do conceito civil-militar. Contudo é necessário pontuar que autores referenciados no presente artigo utilizarão o termo ditadura militar, não sendo totalmente excluído pela historiografia pois existe a interpretação que a autoridade, a manutenção do poder, a governança, a imposição da violência e da força foram características militares devendo ser destacado sua nomeação em tais atos. Por essas considerações últimas, os termos “governo militar” e apenas “regime” e “ditadura” destacarão os atos ditatoriais ocorridos na história brasileira.

Na sequência considera-se, no horizonte da discussão, o caráter educacional dentro do regime, buscando compreender como o governo ditatorial enxergava e



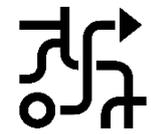
trabalhava suas políticas educacionais no tocante dos seguintes questionamentos: Quais seus principais anseios? A educação pública e sua qualidade eram tidas como antagônicas ou complementares? Bem como a educação infantil, quais eram suas preocupações? Qual parte da sociedade jovem e adulta do Brasil no período estava alfabetizada? Buscava-se a melhoria destes índices? Por quê? Através de levantamentos bibliográficos, tais indagações serão refletidas e principalmente problematizadas sobre as reais intenções do regime sobre a educação e o mercado econômico. Os autores que guiarão as inquietações destacadas são: Nunes e Rezende (2008), Saviani (2008), Ferreira Junior e Bittar (2006), Domingues e Ebert (2015), Freire (1967), Assis (2012), Gadotti e Abrão (2012) e Carvalho (2015). Espera-se que através da compreensão deste período ímpar na história do Brasil seja possível observar como foi estruturado o atual sistema educacional, percebendo os porquês de determinadas lacunas e investimentos.

Por fim, propõe-se a reflexão a respeito de quais aspectos vivenciados no período influenciam a sociedade brasileira nos dias atuais, relacionando ao debate o período democrático brasileiro e suas políticas públicas e como estas podem possuir resquícios da educação do regime civil militar.

DITADURA CIVIL-MILITAR: ASCENSÃO E SUSTENTAÇÃO DO PODER

O contexto do Brasil pré-golpe militar demonstra toda a fragilidade da democracia até então instaurada, e toda preparação de cenário aguardado pelos militares para que pudessem assumir o poder de forma brusca e sem revolta civil. Com a renúncia à presidência da república por Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, a figura do até então vice-presidente da nação João Goulart (Jango), como líder, não era bem vista pelo setor militar do Brasil. De acordo com Fico (2015), Jango era considerado uma figura “à esquerda”, sendo um dos principais nomes nas reformas trabalhistas de Vargas, estreitando relações com a república comunista da China, com os movimentos sindicais do campo e estudantis e defendendo reformas de base tais como a reforma agrária.

Jango era bem popular e possuía boa relação com os trabalhadores, também era considerado apaziguador das greves e conciliador, ou seja bem querido pelas massas, mas não pela camada tecnocrática. Tais fatores se tornam mais agravantes quando pensados no mundo bipolarizado como da Guerra Fria.

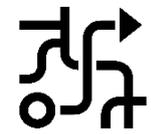


O presidente Jango sofreu com a reestruturação de sua influência no poder com a instauração do parlamentarismo, em 1961, mas sempre se manteve firme em seus discursos e comícios, partindo para um populismo e apelo às reformas de base que não agradavam os setores militares. Com a volta do presidencialismo, em 1964, deu-se início ao golpe civil-militar (civil, pois foi financiado e apoiado por uma parte empresarial das elites brasileiras) respaldado por forças externas como a influência dos interesses do imperialismo estadunidense. Fico (2015), relata algumas tensões e disputas, que ocorreram durante o exercício do golpe militar:

Jango ainda não havia deixado o país quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, convocou uma sessão extraordinária do Congresso Nacional na madrugada do dia 2. Darcy Ribeiro enviara carta ao senador informando que Goulart estava no país, em Porto Alegre, "à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais". Era um completo exagero, mas Goulart, de fato, estava no país. Ainda assim, em sessão extremamente tumultuada, Auro declarou a vacância do cargo de presidente da República e, em consequência, determinou a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Por volta de três horas da manhã, um grupo de parlamentares dirigiu-se ao Palácio do Planalto, que estava às escuras, e Mazzilli foi empossado nessas condições totalmente irregulares. (FICO, 2015, p. 53)

Seguindo Fico (2015) e as ordens dos fatos, Mazzilli, após a efetivação das ações militares ilegais, fica no cargo por 13 dias, de forma temporária sem exercer poder de fato, Costa e Silva estava nomeado como comandante do Exército Nacional, sendo este um setor responsável para a manutenção da "revolução", junto a Costa e Silva estava o almirante Grünewald e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O ato Institucional do dia 9 de abril, garantiu segundo o comando que: "a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitimada por si mesma", resultando em diversas perseguições políticas e cassações de mandatos parlamentares, bem como a suspensão de direitos políticos para os militares contrários ao golpe. O congresso Nacional mantido, após as cassações elegeu como novo presidente da República no dia 11 do mês de abril do ano de 1964, o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército do governo Goulart, general Castelo Branco, sem maiores revoltas ou oposição.

Com a implementação do regime militar o discurso era de manutenção da ordem e da nação unida, até que um novo presidente eleito pudesse assumir o governo, contudo entre o discurso e a redemocratização do país, cinco governos passaram, durando 21 anos: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

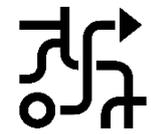


As discussões na academia são extensas sobre o como cada governo exerceu sua força e muito se debate entre a ditadura branda dos primeiros governos até o período conhecido como “linha dura” ou “anos de chumbo” e a implementação do AI-5, mas não se deve perder de foco, quanto ao fato de que todos os governos em diferentes intensidades haviam sim usurpado direitos do cidadão, principalmente dos opositores ao regime.

O cuidado para não amenizar o período ditatorial é um exercício cíclico realizado pelos historiadores, principalmente com o fortalecimento dos revisionismos históricos (revisionismo histórico categoriza-se por um movimento na historiografia que nega fatos históricos, principalmente quando estes envolvem atos contra a própria humanidade, como a ditadura civil militar brasileira e o holocausto, por exemplo). Tais revisionismos que na contemporaneidade são utilizados pela direita radical (que também questiona e ameaça o sistema democrático) para deturpar e atacar o trabalho do educador Paulo Freire, seguindo os passos da repressão das décadas de 64 a 85, que também o perseguiram, prenderam e o exilaram, posteriormente será aprofundado às contribuições de Freire para a alfabetização brasileira no período ditatorial. Com as ponderações de Marcos Napolitano (2014), pode-se jogar luz sobre os principais objetivos dos militares em exercício do controle e poder:

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, enquanto os artistas e escritores de esquerda foram preservados em um primeiro momento, embora constantemente achacados pelo furor investigativo dos IPM, comandados por coronéis da linha dura. 90 O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais. (NAPOLITANO, 2014, p. 4-5)

A manutenção do poder sempre foi justificada pela “manutenção da revolução”, tendo esta que perpassar a força: cassação de cargos, perseguição

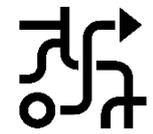


política, censura, prisão de opositores, torturas, desaparecimentos e mortes de civis, entre tantas barbáries e violações dos direitos humanos que foram vivenciadas no governo militar. O período de maior repressão e concentração de poder aos militares, sem dúvida foi o referente a implementação do Ato Institucional número 5, no dia 13 de dezembro de 1968, implementado no governo de Costa e Silva, permitindo o fechamento da Câmara Nacional e o fim do *habeas corpus*, possibilitando a legalização dos atos de repressão. Através de Gaspari (2002), pode se compreender sobre algumas facetas desta normalização:

Sem prazo de duração, o AI-5 diferia essencialmente de seus antecessores. No governo Castelo os períodos de suspensão das franquias constitucionais tinham prazos. Diante disso a oposição sempre podia fingir-se de morta durante a ventania, sabendo que ela haveria de passar. Com o AI-5 esse recurso extinguiu-se. Conteve-se a atividade parlamentar oposicionista, e, sobretudo, submeteu-se a máquina do Estado. A notoriedade das vítimas dos expurgos fez que a natureza coercitiva do regime fosse percebida nas punições impostas aos adversários. Ainda que fiel, esse retrato é incompleto. A essência das ditaduras não está naquilo que elas fazem para se perpetuar, mas naquilo que a partir de certo momento já não precisam fazer. (...) A ditadura assumira o controle das chaves dos cárceres e dos cofres, os partidos políticos estavam inertes, a atividade parlamentar resumira-se ao exercício de investigação dos limites do Congresso, e os empresários faziam seus negócios no varejo enquanto seus órgãos de classe banquetevam o regime no atacado. Concluíra-se o processo de desmobilização da sociedade brasileira. (GASPARI, 2002, p. 237 e 241)

A economia à frente dos militares, destacou-se pelo seu crescimento desigual e desproporcional quando analisada pela perspectiva de classes sociais e suas diferenciações em poder de compra e qualidade de vida. Os militares diminuíram o salário dos trabalhadores enquanto as indústrias, principalmente automobilísticas cresciam no Brasil, ou seja a desigualdade econômica foi intensificada, sendo guiada pelos princípios liberais do capitalismo, valorização da indústria e culpabilização do indivíduo. O governo se preocupava com a continuidade de modernização do país. Boris Fausto (2006) elucida as características do dito “milagre econômico” ocorrido durante o regime apontando suas dualidades e controvérsias:

Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizavam-se ao máximo. Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda foi entretanto



atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentassem bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família. (FAUSTO, 2006, p. 487)

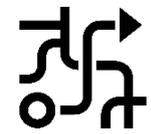
Destaca-se o caráter da economia brasileira, “milagre econômico”, as faces negativas, como a displicência e a falta de atenção dos militares acerca dos programas sociais extremamente importantes em um país de desigualdades atenuantes. O Brasil se destacava no contexto mundial pelas perspectivas futuras de implementação de um capitalismo industrial, mas ao mesmo tempo a população não era assistida, resultando em índices baixos de saúde, educação e habitação que qualificam a vida do cidadão (FAUSTO, 2006).

Sustentabilidade e discussões sobre preservação da fauna e flora brasileira, não faziam parte do cotidiano do governo civil militar e nem dos interesses burgueses, dessa forma o “capitalismo selvagem” é estabelecido através de obras e projetos industriais que não consideravam os impactos ambientais, tanto na questão da natureza em si quanto das populações ao redor que dela tiravam seus sustentos. Um destes exemplos foi a construção da Transamazônica, que não detinha um objetivo específico, a não ser o de controle de uma região brasileira e o assentamento dos trabalhadores nordestinos, sendo uma obra que apenas gerou lucro às empreiteiras, sem sucesso para a sociedade, porque não obtinha um objetivo específico e não mostrou sua utilidade (Fausto, 2006).

Após a consolidação e manutenção de poder pela força iniciado com o golpe por Castelo Branco (1964-1967), e intensificado em Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), houve o que ficou conhecido como período de redemocratização do país por meio de uma abertura política “segura, lenta e gradual” com Geisel (1974-1979) e com Figueiredo (1979-1985). A seguir, será realizada a discussão a respeito de como a educação e a alfabetização foram trabalhadas no regime.

EDUCAÇÃO NO GOVERNO MILITAR: A ALFABETIZAÇÃO DOS BRASILEIROS

A educação no período da ditadura civil militar, não resultou em grandes avanços para um sistema educacional de ensino público que possa ser considerado de qualidade e competente. Pelo contrário, foi caracterizado por engessar a educação,



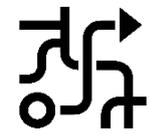
sem grandes investimentos, tomando este sistema como uma forma de controle social, de homogeneização e propagandista de um ideal de nação.

Os embates no campo ideológico surtiam efeitos imediatos na educação nacional. Durante o regime, os militares combatiam veementemente e violentamente qualquer tipo de pensamento considerado libertário, de lutas sociais, ou qualquer discurso que pudesse ser considerado revolucionário de ideais comunistas. E foi justamente no período do final da década de 50 e início da década de 60, que o educador Paulo Freire expandia suas contribuições sobre o processo de ensino e aprendizagem. Gadotti e Arão (2012) discorrem sobre os primeiros projetos de Freire no Brasil embasado no desenvolvimento da criticidade da classe trabalhadora:

Justamente neste cenário, Paulo Freire desenvolvia uma experiência inovadora no contexto educacional brasileiro. Esta experiência nasceu no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife, Pernambuco, no início dos anos de 1960; era um movimento de intelectuais e de artistas e, dentro do MCP, Paulo Freire passou a coordenar os projetos que se chamavam Círculos de Cultura e Centros de Cultura. Estes projetos, que se somaram a outros, oriundos do Movimento de Educação de Base (MEB), foram alvos diretos da ação repressora do novo regime ditatorial, pois representavam a ideologia de esquerda, preocupada com a formação cultural da classe trabalhadora, e foram combatidos a qualquer preço, sob a justificativa de se constituírem em um ensino subversivo (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

A visão de Freire sobre a alfabetização e os processos educacionais era uma visão humanizada que percebia as realidades e buscava compartilhar com o educando a consciência de seu lugar como sujeito ativo na sociedade, ao passo em que disseminava seus conhecimentos em um processo mútuo de aprendizagem. Contudo não era interessante aos militares uma organização educacional que desenvolvesse consciência ou criticidade nas massas, pois o regime buscava a ordem e a passividade dos cidadãos, além de instaurar um sistema educacional técnico que desejava apenas que os trabalhadores fossem qualificados para exercer sua função mecânica, isto é, sair da escola como seres pensantes era uma ameaça ao poder e ao projeto econômico que estava em andamento. Sobre isso Gadotti e Arão (2012) pontuam:

Sua concepção de educação e, logicamente, sua proposta educacional, que havia mostrado resultado altamente positivo na experiência em Angicos (RN), consistia em afirmar que todo ato educativo é um ato político; assim sendo, a educação contém a potencialidade da transformação da sociedade por intermédio de uma consciência crítica da realidade, tarefa que tanto o educador como o educando devem assumir no ato educativo. Com estes pressupostos de educação, passou



a ser conhecido como “educador popular progressista”, e sua proposta educacional chegou à esfera federal por meio do convite do ministro da Educação Paulo de Tarso Santos que, tão logo assumiu o Ministério, convocou Paulo Freire para elaborar um projeto nacional de alfabetização. Assim, nascia o Programa Nacional de Alfabetização, que tinha Paulo Freire como coordenador de um projeto auspicioso, pois acenava para uma alfabetização politizadora de cerca de cinco milhões de adultos (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

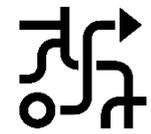
Tais ações não passariam despercebidas pelos olhos atentos dos militares, tão logo assumiram o poder e “combateram a ameaça Freire”:

Esta educação politizadora, também chamada de problematizadora, proposta por Paulo Freire, não poderia ser vinculada à nova ideologia que o Estado intervencionista adotara para manter a hegemonia político-econômica. Assim, em 14 de abril, duas semanas após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, o programa foi extinto, e em 16 de julho de 1964, aliás, dia do aniversário de sua primeira esposa, Elza Maia Costa de Oliveira (falecida em 1986), Paulo Freire foi preso. (GADOTTI; ARÃO, 2012, p. 43).

A prisão de Freire nos primeiros anos de instauração do regime demonstra como as disputas pelos discursos estavam além das palavras. A perseguição contra qualquer indivíduo que se opunha aos pensamentos e atitudes que favorecessem e combatessem as desigualdades de classe era silenciada pelos militares por meio da prisão, tortura, execução e exílio.

O espírito cívico e de ordem foi ensinado e propagado nas escolas enfatizando a falsa ideia de liberdade de escolha da população. Pode-se dizer que, ainda que de maneira sutil, havia um mecanismo de controle implantado por diversos meios, dentre eles a educação escolar (além dos meios de comunicação e imprensa, como a televisão e os jornais) levando a população a acreditar nos valores indicados como cívicos e a defender um governo ditatorial que incentivava a denúncia dos opositores e daqueles que realizassem “atos terroristas” por serem considerados representantes de um suposto comunismo representando risco à sociedade. Uma das ferramentas utilizadas para a manutenção da ordem de uma sociedade não questionadora, foi o uso do livro didático como forma de conduzir a educação e de como deveria ser lecionada.

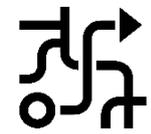
Nunes e Rezende (2008) discorrem sobre o uso do livro didático, como forma de coerção militar:



O conteúdo dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, como também as demais reformas educacionais do período militar, revelam que os aspectos sociais, políticos e econômicos eram utilizados pelo grupo de poder na tentativa de homogeneizar valores e ações favoráveis ao projeto empreendido pelos segmentos sociais que formavam o grupo dos que governavam o país durante a ditadura militar. É fundamental mencionar que não se pretende validar as determinações realizadas pelo grupo dirigente. Principalmente, no que diz respeito aos conteúdos trabalhados pelos livros didáticos de Educação Moral e Cívica. A intenção, antes de mais nada, é revelar a disciplina como um mecanismo, dentro de um conjunto de outros mecanismos, que visava o fortalecimento de formas de agir e de pensar favoráveis aos objetivos sociais, políticos e econômicos postos em andamento desde março de 1964. (NUNES; REZENDE, 2008, p. 4)

Além de utilizada para controle social, as escolas foram vistas pelo regime civil militar como uma ferramenta de consolidação de uma lógica mercadológica, sob o viés da produção de capital humano. Influenciado pelo liberalismo norte americano, o Brasil se apresentava para o mercado econômico mundial, através da globalização, como um país emergente e com potencial de crescimento. O país estava em processo de industrialização, enquanto as grandes potências mundiais já haviam vivenciado suas revoluções industriais. O Brasil precisava não só industrializar-se, mas necessitava capacitar sua população ao trabalho. Durante o regime civil militar, o foco do governo esteve voltado à formação rápida de professores para atuarem em um sistema público de educação (neste período se propagou a formação de professores pelas escolas normais), e os olhares atentos sobre as universidades, afim de capacitar profissionais e detectar opositores ao governo, como discorre Saviani (2008):

Percebe-se um sentido geral que perpassa o tratamento dos diferentes temas e que se encontra mais fortemente explicitado na conferência-síntese, especialmente no conjunto de sugestões apresentadas para o encaminhamento da política educacional do país. Este sentido geral se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. Eis aí a concepção pedagógica articulada pelo IPES, que veio a ser incorporada nas reformas educativas instituídas pela lei da reforma universitária, pela lei relativa ao ensino de 1º e 2º graus e pela criação do MOBREAL. (SAVIANI, 2008, p. 296)

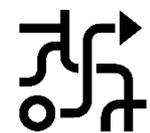


Foi no regime civil militar que a educação brasileira começou a ser organizada de forma seriada, definindo assim os ciclos de 1º e 2º graus. Esta forma de distribuição fez com que o ensino fundamental se expandisse de certo modo, bem como a necessidade de formação de professores para atender tal demanda (SAVIANI, 2008). Esta forma de organização educacional, de momento em nada contribuiu para as reais necessidades da população, o acesso à escola se concentrou nas cidades mais populosas e seu público alvo passaram a ser os futuros trabalhadores formados na área técnica.

Analisando as políticas públicas instituídas no período militar, percebe-se o quanto as portas foram abertas para que a iniciativa privada fosse consolidada, ao passo em que o governo buscava se desvincular da sua obrigatoriedade de investimento no ensino público. A autora Renata Machado de Assis, em sua obra “A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos”, relata sobre o período anterior a LDB de 1971, e as tendências educacionais em sua concepção mercadológica com a iniciativa privada:

Em outra análise, Ribeiro (2000) recorta o período de 1965 a 1970, que antecedeu a aprovação da LDB para o ensino de 1º e 2º graus em 1971. A parcela percentual de participação do MEC nas despesas dos ministérios, em 1970, foi pouco inferior à de 1965. Com os desdobramentos e a criação de novos ministérios, o percentual da participação do MEC foi diminuído, mas as despesas com educação e cultura passaram de 4º lugar, em 1965, para 3º lugar, em 1970, nas prioridades governamentais. No que se refere à capacidade de retenção do aluno na escola, a autora expõe que houve uma diminuição na porcentagem de evasão durante o ano, o que também representou uma pequena, mas significativa melhora na capacidade de retenção do aluno na escola. A tendência do governo militar em privilegiar as camadas de renda mais elevada e os setores empresariais ocorreu, também, nas áreas da saúde e previdência, que se tornaram mercadorias de alto custo. Na área educacional, apesar das reformas, o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos foram comprometidos com o capital privado, repassando as verbas para as escolas particulares. A iniciativa privada dominou a pré-escola, avançou no 2º grau e predominou no nível superior. Apenas uma pequena parcela da população teve acesso aos mais elevados níveis de escolarização, enquanto significativa fração do povo não teve nem mesmo o acesso à escola (GERMANO *apud* ASSIS, 2012, p. 329).

A partir da obrigatoriedade de matrícula no ensino público brasileiro, a profissão professor foi massificada, juntamente com a demanda de estudantes realocando a ela o seu papel de trabalhador assim como os operários de fábrica. Dessa forma o sujeito social que era visto com olhares de prestígio, valorização e elitização nas décadas de 50 e 60, passa a ser considerado um sujeito que detinha



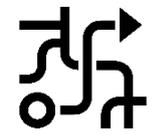
uma profissão desvalorizada com quedas de salário e concorrência de mercado de trabalho, devido a formação em massa e desordenada de professores. Este movimento retirou, em determinado grau, da formação do professor, a qualidade de sua instrução que por consequência gerou uma educação pública de qualidade comprometida (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006).

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos) foi um programa de governo, difundido pelo país, que visava qualificação de mão de obra. A cartilha de alfabetização utilizada pelo movimento demonstrava que a preocupação da alfabetização era a decodificação dos símbolos e signos, bem antes da interpretação ou consciência da realidade de forma crítica. Domingues e Ebert (2015) interpelam sobre os métodos de alfabetização trabalhados na época:

Até o final da década de 1970, os métodos de alfabetização sintéticos, que seguem uma linha mais tradicional, tiveram lugar garantido dentro de salas de aula das escolas do Brasil, utilizando como principais recursos, a cartilha e o ensino linear de grafema e fonema, numa linha que priorizava a codificação e decodificação ao invés da interpretação e do significado. As cartilhas, recurso utilizado durante muito tempo para alfabetizar, marcaram a história da alfabetização por suas características peculiares e por terem sido consideradas por muitos alfabetizadores como um método de alfabetização. (DOMINGUES; EBERT, 2015, p. 108)

O Mobral substituiu os programas de alfabetização anteriores ao golpe visto que estes eram tidos pelos militares como ameaçador aos pilares do poder, sendo enxergados como “subversivos”. O educador Paulo Freire desde 1963 desenvolveu seu método de alfabetização de adultos que realmente demonstrou ser eficiente por alfabetizar trabalhadores em apenas 40 horas (tais horas foram diluídas no período de um mês) em Angicos/RN. Propunha que a alfabetização de adultos partisse da realidade conhecida pelos educandos, valorizando e respeitando o sujeito integralmente em seu processo de ensino e aprendizagem. Nesse período Paulo Freire também escreveu algumas de suas obras consideradas de grande relevância para a compreensão da importância de uma educação libertadora como por exemplo “Educação como Prática da Liberdade” (Freire, 1967) e “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1969).

O período posterior ao golpe civil militar foi de grande ebulição dos movimentos de educação popular deixando em evidência o trabalho de Paulo Freire ocasionando sua prisão e, conseqüentemente, seu exílio em países da América e da



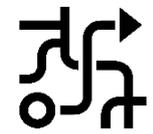
Europa. Na contramão desta situação vivenciada por Freire em sua terra natal, outras nações passaram a implantar seu exitoso método de alfabetização de adultos, conseguindo vencer o fantasma do analfabetismo graças a projetos relacionados a Freire e suas obras.

Em relação à educação neste período, as ações do governo militar, manteve seu foco na expansão das universidades e incentivos à pós graduação. Havia também forte preocupação com a alfabetização de adultos, uma vez que neste período 40% da população não sabia ler e escrever. Desse modo, o governo não se voltou para a resolução de problemas relacionados à educação infantil e ao Ensino Médio, proporcionando um esvaziamento de discussões a respeito dessas etapas.

Carvalho (2015) retrata como o regime civil militar trabalhava em conjunto com agências e órgãos internacionais, guiando suas políticas educacionais:

Também tardiamente, foi introduzido no organograma do Ministério da Educação um órgão que se ocupasse da educação das crianças pequenas. Isso correu em 1974, tendo recebido as seguintes denominações ao longo de sua história: Setor de Educação Pré-Escolar (Sepre), que se transforma em Coordenação de Educação Pré-Escolar (Codepre), posteriormente em Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (Coepre) e em 1992 transforma-se em Coordenadoria de Educação Infantil (Coedi) mantendo essa terminologia e sigla até a presente data. As políticas educacionais na vigência do golpe militar objetivavam adaptar-se ao modelo econômico e à doutrina da segurança nacional e são influenciadas pelas agências internacionais como United States Agency for International Development, cujos acordos tornaram-se conhecidos no país como Acordos MEC-USAID. Programas estadunidenses, como o Head Star na Educação Pré-Escolar fundamentavam-se na teoria da privação cultural e nos programas de educação compensatória, resultando para a Nação Brasileira em planos e programas com políticas focadas, de caráter emergencial, não formal, que discriminam as camadas populares, visto que do ponto de vista conceitual nessa proposta é atribuído às crianças provenientes deste segmento populacional: carências socioculturais, alimentares, deficiências linguísticas, cognitivas entre outras. (CARVALHO, 2015, p. 1064)

Os órgãos de competência mundial foram essenciais para que o governo militar tomasse pequenas medidas e realizasse investimentos em educação, em especial na educação infantil. Tais ações também caracterizam uma tentativa de amenização das desigualdades proporcionadas pela situação econômica do país: as escolas se mostravam espaços de combate à pobreza e a desnutrição. O Mobral perdia forças e mostrava que não atingiria os resultados esperados, assim como evidenciado por Carvalho (2015):

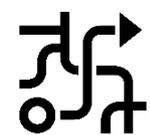


É nesse contexto que é elaborado em 1975 um Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar, no qual informa que 60% das crianças são carentes econômica e socialmente (Brasil, 1987) e com base nesse Diagnóstico elabora-se o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, lançado em 1981, coordenado pelo Ministério da Educação por meio da Coepre que implanta uma série de medidas já citadas anteriormente, visando expandir as vagas a baixo custo com o trabalho voluntário das mães e em espaços disponíveis na comunidade. (CARVALHO, 2015, p. 1065)

O Mobral iniciou seu trabalho como uma forma de amenizar o analfabetismo entre adultos, contudo sua organização e disposição se espalhou para as escolas regulares, atingindo outras séries. Com o fim do regime civil militar, o Mobral também finalizou suas atividades, sem que seu propósito fosse alcançado. Carvalho (2015) pontua:

Destaca-se que, à época, o Mobral já apresentava sinais de esgotamento de seus objetivos enquanto instituição, sendo alvo de contestação pública, quer por não ter cumprido os objetivos para os quais foi criado – pois de acordo com o Censo de 1980, o índice de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos e mais, era de 25%, quando se esperava que o mesmo fosse em torno de 10% – quer pelo descompasso entre os objetivos reais e os objetivos proclamados, quer mesmo pelo Congresso Nacional, que instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Mobral leva para a Educação Pré-Escolar a metodologia adotada nos seus programas de alfabetização caracterizados por utilizar espaços ociosos na comunidade como escolas, clubes, igrejas, centros de cultos, fábricas, quartéis, galpões; os recursos humanos, em geral, não profissionalizados, denominados de monitores, voluntários ou com baixa remuneração, a sucata como material a ser usado pelas crianças e baixo investimento público – prática, aliás, corrente quando se trata de política dirigida aos segmentos de menor poder aquisitivo da população, ao qual a classe dominante impõe uma educação pobre para o pobre, pois, de acordo com Kuhlmann Junior (1998), objetiva educar para a submissão. (CARVALHO, 2015, p. 1065 e 1066)

Dessa forma conclui-se que a alfabetização no período da ditadura civil-militar, bem como toda a educação básica brasileira da época, não foi um fator de investimento seja em orçamento, seja em políticas públicas e capacitação dos professores. O acesso à educação foi expandido para a população, mas de forma precária, e com recursos limitados, sem profissionais devidamente capacitados e locais apropriados para a prática de ensino-aprendizagem. A alfabetização de adultos ocorreu “às pressas” para concordar e atender as necessidades de mercado, sem pensar na qualidade da alfabetização.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: HERANÇAS DO REGIME MILITAR PARA A EDUCAÇÃO

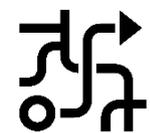
O regime militar que perdurou entre 1964 a 1985 deixou grandes lacunas no que diz respeito a qualidade da educação brasileira, sendo um período marcado por atrasos na consolidação da educação e dos processos de alfabetização, falta de investimento na formação inicial e continuada de professores acompanhada por arrocho salarial. Além disso, os índices de analfabetismo, que já eram altos, não conseguiram retroceder, especialmente se considerarmos o analfabetismo funcional. Contudo existem características deste período que se aprofundaram no sistema educacional brasileiro, perdurando seus aspectos até os dias atuais.

Aspectos mercadológicos e visões empresariais nas escolas são recorrentes e percebidos nos dias atuais, tendo seu início no período militar, favorecendo os interesses empresariais em detrimento da população, tornando a escola um espaço que atende as demandas do setor econômico.

Durante o regime, o sistema educacional brasileiro foi seriado, sendo separado em ciclos, tornando a matrícula obrigatória no referente 1º grau da época; foi, também, neste período que o ensino privado foi ganhando espaço, ao passo que o ensino público foi massificado perdendo seu elitismo de outras décadas. A educação privada surge como alternativa de escola para as classes mais altas do país.

A ditadura civil militar propagou embates ideológicos em vários campos da sociedade, mas concentrou seus esforços em consolidar seus ideais cívicos e nacionalistas dentro das escolas, fato essencial para que a manutenção do poder não fosse abalada. O período também foi marcado pela asfixia das metodologias pedagógicas ou teorias de ensino que buscassem uma educação dita progressista e crítica, que formasse o cidadão para além do trabalho, desenvolvendo sua autonomia e reconhecimento de cidadania. No Brasil contemporâneo, percebe-se o quanto a escola é um meio e um fim útil voltado ao trabalho; quando se é analisado a valorização do ensino técnico por exemplo, para os jovens do ensino médio, buscando uma antecipação da qualificação da mão de obra, que muitas vezes substituem uma graduação em ensino superior.

O processo de discussão e debate sobre esta época da história nacional é uma ação que envolve a conscientização dos indivíduos sobre a existência de mudanças e permanências nos processos históricos. O estudo de História e a



historiografia que denunciam a violência do Estado ditatorial, as consequências de suas ações econômicas e educacionais, são constantemente atacados pelos defensores do período, que acreditam cegamente que os 21 anos sob o governo militar atingiu progresso e prosperidade, combatendo as “ameaças” contra a sociedade brasileira.

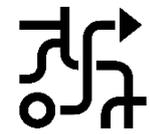
Nesta pesquisa de caráter bibliográfico, percebeu-se que ocorreu exatamente o processo oposto de progresso e prosperidade. No âmbito econômico não só os salários dos professores foram arrojados, mas os de diversos trabalhadores brasileiros, as empresas nacionais foram privatizadas e o Brasil ocupou um papel de coadjuvante na economia global.

A atual luta é para que a educação pública se distancie das ideias implementadas a partir dessa época como a educação de “mão de obra qualificada”, dentre outras.

A alfabetização das crianças é algo que cada vez mais está sendo antecipado. Atualmente o ciclo de alfabetização deve ser concluído no 2º ano do ensino fundamental. Existe uma certa preocupação em relação aos índices de analfabetismo do país, tanto em relação às crianças quanto em relação aos jovens e adultos e o que deve ser pontuado é que estas questões não são elementos novos da história, uma vez que eles foram constituídos e enraizados na forma de ser escola e de se ensinar no território nacional.

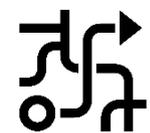
Reconhecer como as instituições de ensino públicas foram estabelecidas no país é um dos primeiros passos para a tentativa de reorganizar seu funcionamento. As escolas do período militar impunham uma sistematização e mecanização do processo ensino-aprendizagem, pois detinham um objetivo a ser alcançado.

Pode se pensar em quais são os objetivos das escolas brasileiras? Aos desejos de quem ela atende? Quais são as preocupações dos governos democráticos em suas políticas públicas para educação? Sua perspectiva de escola é similar as visões dos militares? Essas são questões que permanecem e devem pontuar a continuidade de pesquisas e discussões sobre o assunto. O regime governamental foi alterado, porém ainda se atende demandas de um mesmo sistema econômico e as indagações que esta realidade nos proporciona devem e podem ser aprofundadas por todos aqueles que buscam na educação pública o seu viés de qualidade.



REFERÊNCIAS

- ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. *Educação em Perspectiva*, v. 3, n. 2, 2012.
- BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília: Inep, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.
- CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. Formação Docente para a Educação Pré-Escolar na Época da Ditadura Militar. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 40, n.4, p.1061-1075, 2015.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado*. Tradução: Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria De Mello Carvalho. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein; EBERT, Sintia Faé. Alfabetização e ditadura militar: relação entre a cartilha e os métodos de alfabetização. *Debates em Educação*. v. 7, n.14, p.103, 2015.
- FERREIRA JR, Amálio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 1159-1179, 2006.
- FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. RJ: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1969.
- GADOTTI, Moacir; ABRÃO, Paulo. *Paulo Freire: anistiado político brasileiro*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. -Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar. *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. v. 3, p.1-11, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*. Campinas, vol. 28, n.76, p.291-312, 2008.



Stefany dos Santos Antonio e Ione da Silva Cunha Nogueira
A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO EDUCADORA: A ALFABETIZAÇÃO
DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 05/12/2023